

Relato de experiência

Avaliação, participação e ações humanitárias: Entre concepções e práticas

Evaluation, participation and humanitarian actions: Between concepts and practices

Regislany de Sousa Morais^{1*} , Alcides Fernando Gussi¹ ¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP), Fortaleza, CE, Brasil

Regislany de Sousa Morais, parda, colaboradora visitante, Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas – NUMAPP, Universidade Federal do Ceará – UFC.

Alcides Fernando Gussi, branco, professor coordenador, Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas – NUMAPP, Universidade Federal do Ceará, professor do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas - MAPP, Universidade Federal do Ceará – UFC.

COMO CITAR: Morais, Regislany de Sousa, & Gussi, Alcides Fernando (2023). Avaliação, participação e ações humanitárias: Entre concepções e práticas. *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(1), e120123. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312001>

Resumo

Nas últimas décadas, as crises humanitárias têm se tornado cada vez mais multifatoriais e extensas, com consequências humanitárias que perduram por um longo período. Essas crises demandam do sistema humanitário o desafio de estruturar respostas sustentáveis que primem pelo fortalecimento das capacidades locais e pelo envolvimento de pessoas e comunidades nas decisões que afetem suas vidas. Mas o que se entende por participação no campo humanitário? Como possibilitar a participação da comunidade e das pessoas afetadas especificamente na avaliação de uma resposta humanitária? Este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados identificados na pesquisa: *Um estudo sobre a participação na avaliação de ações humanitárias: entre concepções e práticas*. A investigação é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, realizada por meio de um estudo bibliográfico sobre ação humanitária e um estudo documental de dois documentos escolhidos para a compreensão da relação entre avaliação de ações humanitárias e participação.

Palavras-chave: Ação humanitária. Avaliação. Participação.

Abstract

In recent decades, humanitarian crises have become increasingly multifactorial and extensive, with humanitarian consequences lasting over a long period of time. These protracted crises demand from the humanitarian system the challenge of structuring sustainable long-term responses that prioritize the strengthening of local capacities and the involvement of people and communities in decisions that affect their lives. But what is meant by participation for the humanitarian field? How to enable the participation of community and people affected by humanitarian crises, specifically in the evaluation of a humanitarian response? This article aims to present the main results identified in the research "A study on participation in the evaluation of humanitarian actions: between conceptions and practices", a qualitative study, exploratory and descriptive, carried out through a bibliographic study on humanitarian action and a documentary study of two documents chosen to understand the relationship between evaluation of humanitarian actions and participation.

Keywords: Humanitarian action. Evaluation. Participation.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Janeiro 07, 2022

Aceito: Janeiro 17, 2023

***Autor correspondente:**

Regislany de Sousa Morais

E-mail: regislanymorais@gmail.com



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

Nas últimas décadas, as crises humanitárias têm se apresentado como multifatoriais, decorrentes de um conjunto de fatores sobrepostos, tais como: crescimento demográfico, problemas econômicos, catástrofes naturais e tecnológicas, conflitos, mudanças climáticas, entre outros, e por permanecerem em um largo espectro temporal (Ferriz, 2011; Kent, 2011).

Nos últimos dois anos, com a pandemia da COVID-19 e suas graves consequências sociais, econômicas e políticas, viu-se um agravamento das crises humanitárias em escala internacional. A pandemia pôs mais vulnerabilidade aos contextos humanitários já historicamente vulneráveis, como a situação de países com sistemas sanitários e políticas públicas de saúde e segurança alimentar precários (Rey et al., 2021).

As crises humanitárias de caráter prolongado demandam do sistema humanitário o desafio de estruturar suas respostas a partir de estratégias sustentáveis a longo prazo. Nos últimos anos, surgiram alguns enfoques que buscam responder, de forma eficaz, às necessidades de comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias prolongadas, como o enfoque de Triplo Nexo¹ – Ação Humanitária, Desenvolvimento e Paz –, que busca reforçar a colaboração, a coerência e a complementariedade dos três setores (OCDE, 2021b).

A estruturação de uma resposta humanitária qualificada está diretamente relacionada à sua capacidade de responder a uma crise de forma responsável, eficaz e sem causar danos ainda maiores à população. A ausência dessa premissa, ou a ineficiência em garanti-la, foi uma das grandes catalisadoras das transformações ocorridas a partir dos anos 1990 na ação humanitária. Um estudo realizado em 1996, avaliou a provisão da ajuda humanitária pela comunidade internacional em resposta à crise humanitária de Ruanda, nos anos 1990, e mobilizou a criação de iniciativas para a melhoria da qualidade e da prestação de contas no âmbito humanitário, que podem ser conhecidas no Quadro 1.

No cerne do debate sobre como a ação humanitária pode responder, de forma eficaz, às necessidades de pessoas e comunidades afetadas por uma crise prolongada, destaca-se o *Accountability to Affect People Population (APP)*, que se consolida como aspecto central no desenho de respostas humanitárias. Esse aspecto se apresenta como indispensável e indissociável dos objetivos pretendidos pela ação humanitária:

Los objetivos de la acción humanitaria son: salvar vidas, aliviar el sufrimiento y preservar la dignidad humana tanto durante como después de una crisis y un desastre natural, así como prevenir y fortalecer los esfuerzos de preparación para dichas ocurrencias. (ALNAP, 2016, p. 24).

A prestação de contas frente às pessoas afetadas tem sido uma abordagem amplamente disseminada no campo humanitário de modo a fortalecer o comprometimento das organizações humanitárias em envolver as pessoas nos processos de tomada de decisões que as afetem, fomentando sua participação com ética e responsabilidade no desenho, implementação e avaliação de respostas humanitárias. A principal premissa do APP é o fortalecimento das capacidades de comunidades e pessoas afetadas, reconhecendo que são elas as principais especialistas em identificar suas vulnerabilidades e potencialidades. A estratégia é, portanto, incluir as pessoas nas decisões que afetem suas vidas (Asociación Esfera, 2018).

Na medida em que a participação ocupa este lugar de destaque na prestação de contas para as pessoas afetadas por crises humanitárias, faz-se necessário pensar e manter emergente o debate sobre como fomentar a participação no processo avaliativo em contextos de crises

¹ O Triplo Nexo, conhecido por sua sigla HDP em inglês, surge no marco do *The New Way of Working (NWOW)*, apresentado em 2016 na Cúpula Mundial Humanitária, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar de recente, a ideia central do HDP de fortalecer a cooperação entre os três setores já está presente nos debates do sistema humanitário há muitos anos. Outras iniciativas próximas podem ser encontradas ao longo do tempo, como a proposta de vincular ajuda humanitária, reabilitação e desenvolvimento (VARD ou LRRD, os acrônimos em inglês), além de discussões sobre a relação entre o humanitário e o desenvolvimento (Rey et al., 2021).



humanitárias prolongadas. No entanto, o que se entende por participação para o sistema humanitário, sobretudo tomando como base documentos de referência? Como possibilitar a participação de comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias e incluí-las na avaliação de uma resposta humanitária²?

Quadro 1. Iniciativas para a melhoria da Qualidade e Prestação de Contas no Sistema Humanitário.

INICIATIVA	ANO	ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	CONTEÚDO
Sphere Project	1997	O movimento Esfera foi fundado em 1997 por um grupo de profissionais humanitários com o objetivo de melhorar a qualidade da ação humanitária. As normas que foram desenvolvidas a partir disto foram desenvolvidas conjuntamente por um grupo de organizações não governamentais e Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho. Atualmente o Sphere Project é considerado uma Comunidade de Interesses.	Elaborar um conjunto de normas mínimas universais em âmbitos essenciais das respostas humanitárias	Manual Esfera ³ (1998, 2000, 2004, 2011, 2018) Carta Humanitária Normas Mínimas sobre Abastecimento de Água, Saneamento e Promoção da Higiene Normas Mínimas sobre Segurança Alimentar e Nutrição Normas Mínimas sobre Alojamentos, Assentamentos Humanos e Artigos não Alimentícios Normas mínimas sobre Ações de Saúde Core Humanitarian Standart (CHS)
Active Learning Network for Accountability and Performance in Humanitarian Action - ANALP ⁴	1997	Rede global de ONGs e organizações humanitárias, acadêmicos e consultores dedicados à avaliação de ações humanitárias.	Melhorar a responsabilidade e desempenho da ação humanitária, fortalecendo a base de evidências humanitárias.	A ALNAP (2016) é responsável pela elaboração do Guia de Avaliação de Ações Humanitárias ¹³ . Com forte influência dos conceitos e critérios defendidos pela OCDE, o guia apresenta um conjunto de conceitos, usos e tipologia de avaliação com vistas a avaliar o impacto da ação humanitária. A ANALP tem um papel central na difusão, formação e capacitação da cultura de avaliação no setor humanitário e também lidera as iniciativas para inovação e liderança.
People in Aid	1995-1997	Rede internacional de ONG para Cooperação e Desenvolvimento Internacional. Em 2015, a People in Aid fundiu-se com a HAP e passaram a formar a CHS Alliance.	Fortalecer a gestão de recursos humanos na ação humanitária.	A People in Aid desenvolveu o Código de Boas Práticas no Gerenciamento e Apoio dos Trabalhadores Humanitários Estabelecida a partir de sete princípios básicos para a boa prática na gestão de recursos humanos nas organizações humanitárias.

Fonte: Elaboração própria.

² A Norma Humanitária Essencial para a Qualidade e Prestação de Contas apresenta como definição de Comunidades e Pessoas Afetadas, no documento *Notas de Orientación y Indicadores de la Norma Humanitaria Esencial*, o seguinte: “[...] la totalidad de mujeres, hombres, niñas y niños, con diferentes necesidades, vulnerabilidades y capacidades afectados por desastres naturales, conflictos armados, pobreza u otro tipo de crisis en un lugar específico [...]” (CHS, 2015, p. 40).

³ O Manual Esfera teve sua primeira publicação preliminar em 6 de novembro de 1998 e, desde então, tem passado por revisões e modificações que culminaram com as versões atualizadas nos anos de 2000, 2004, 2011 e 2018. O manual, edição 2018 e 2011, pode ser acessado em Asociación Esfera (2018).

⁴ Mais informações acesse ALNAP (2016).



Quadro 1. Continuação...

INICIATIVA	ANO	ORGANIZAÇÃO	OBJETIVO	CONTEÚDO
Compas Quality	2004	Groupe URD	Apoiar a aplicação dos compromissos de qualidade e responsabilidade da Norma Humanitária Essencial.	O COMPASS é um método de gerenciamento de qualidade e responsabilidade para projetos humanitários e de desenvolvimento que trabalha a partir de quatro aspectos centrais da gestão de projetos: implementação, financiamento, avaliação e melhoria. Estes aspectos são apresentados como quatro direções, referenciando-se em um desenho de uma rosa dos ventos, formados por doze critérios de qualidade que determinam a qualidade em todo projeto humanitário. Em 2014, o Groupe URD juntou-se ao HAP International, People In Aid e Sphere Project para harmonizar padrões e integrar a estrutura de referência do Quality COMPAS no Core Humanitarian Standard (CHS).
Humanitarian Accountability Partnership (HAP)	2003-2015	Iniciativas de várias organizações humanitárias. Em 2015, a HAP fundiu-se com a People in Aid e passaram a formar a CHS Alliance.	Definir um padrão de qualidade na ação humanitária para a prestação de contas aos doadores e aos beneficiários ⁵ .	A HAP elaborou a Norma de Prestação de Contas e Qualidade em Gestão Humanitária na qual foram descritos sete princípios de responsabilidade perante doadores e beneficiários, entre eles, a responsabilidade com as normas humanitárias e dos direitos e a participação dos beneficiários.
Emergency Capacity Building (ECB) ⁶	2006	Fundação Bill e Melinda Gates, Microsoft e um conjunto de organizações humanitárias, entre elas: CARE, OXFAM, Save the Children.	Melhorar a velocidade, qualidade e efetividade da ação humanitária em contextos de emergências, com vistas à proteção dos direitos das pessoas afetadas.	O projeto centrava-se na difusão e capacitação de trabalhadores humanitários para a medição de impacto de suas intervenções. O ECB também dava particular atenção para a participação das pessoas afetadas em todas as esferas de um projeto. O guia "Medição de Impacto e Prestação de Contas em Emergências" foi uma das primeiras ferramentas a incorporar o conceito de impacto aos projetos humanitários.
Core Humanitarian Standard (CHS)	2014	CHS Alliance, Groupe URD, Sphere	Melhorar a qualidade e a eficácia das respostas humanitárias.	A Core Humanitarian Standard (CHS) reúne elementos-chave dos padrões e compromissos humanitários já existentes.

Fonte: Elaboração própria.

⁵ Utiliza-se aqui o termo beneficiário, tal qual se encontra no documento, para referir-se a destinatários, vítimas ou pessoas afetadas por crises humanitárias. Estes termos variam conforme autores e documentos.

⁶ O projeto ECB foi encerrado, mas alguns recursos seus estão disponíveis em ECB (2022).



Este artigo apresenta os resultados da dissertação de mestrado *Um Estudo sobre a Participação na Avaliação de Ações Humanitárias: entre Concepções e Práticas*, que buscou analisar o compromisso da ação humanitária de conduzir, no cerne de sua avaliação, a participação de comunidades e pessoas afetadas por crises.

A pesquisa, realizada no período de janeiro a outubro de 2020, ocorreu em um período em que o mundo se deparou com o início da crise sanitária causada pela COVID-19 e foi adaptada ao contexto de instabilidade e *lockdown* impostos pelo cenário pandêmico. Foi realizada por meio de um estudo bibliográfico sobre ação humanitária e um estudo documental de dois documentos escolhidos para a compreensão da relação entre avaliação de ações humanitárias e participação.

Ação humanitária, avaliação e participação: contribuições ao debate desde a América Latina

Para um melhor posicionamento do debate, faz-se necessário introduzir primeiro o conceito de Ação Humanitária. Segundo Piñeda & Rodríguez (2012), não existe um conceito absoluto ou único, para o sistema humanitário. Isso se deve à complexidade que envolve esse campo, suas atividades, atores e os objetivos que ele engloba. O que existe é um objetivo comum: salvar vidas e aliviar o sofrimento (Piñeda & Rodríguez, 2012). Há também um conjunto de princípios aplicados ao campo – humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência⁷ –, normas e doutrinas que diferenciam a ação humanitária de outras ações, como as governamentais.

A ação humanitária é entendida como um conjunto de ações que busca prevenir e proteger a dignidade e os direitos das pessoas afetadas por crises humanitárias, que podem derivar de desastres socionaturais (terremotos, explosões químicas, inundações, tempestades, erupções vulcânicas); por desastres induzidos por processos humanos (conflitos, acidentes industriais) ou pelas crises prolongadas (migração, deslocamento forçado de populações, violência armada).

Uma das definições comumente encontrada é apresentada por Abrisketa & Pérez de Armiño (2000, p. 1) e está disponível no *Dicionário de Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento*:

Conjunto diverso de acciones de ayuda a las víctimas de desastres (desencadenados por catástrofes naturales o por conflictos armados), orientadas a aliviar su sufrimiento, garantizar su subsistencia, proteger sus derechos fundamentales y defender su dignidad, así como, a veces, a frenar el proceso de desestructuración socioeconómica de la comunidad y prepararlos ante desastres naturales. Puede ser proporcionado por actores nacionales o internacionales.

A ação humanitária, ao longo dos anos, passou por muitas transformações. Nos debates mais atuais, está a abordagem do Triplo Nexo, que busca fortalecer a colaboração, coerência e complementaridade entre Ação Humanitária, Desenvolvimento e Construção da Paz (OCDE, 2021a). Essa abordagem destaca a sustentabilidade, o impacto de longo prazo como estratégias para lidar com crises prolongadas; colocar as pessoas afetadas no centro é um compromisso.

A importância de focar as necessidades e potencialidades das pessoas afetadas envolve alguns valores importantes para o sistema humanitário, como o de não causar dano (*Do no Harm*), “[...] Fortalecer la seguridad, la dignidad y los derechos de las personas, y evitar exponerlas a

⁷ A ação humanitária estrutura-se a partir dos princípios humanitários – humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. Estes princípios estão presentes nas diretrizes técnicas e políticas que norteiam o sistema humanitário. O princípio da humanidade refere-se à proteção à vida e à saúde, o respeito à pessoa humana. Este princípio é formado por três elementos indissociáveis: prevenção e alívio do sofrimento humano, proteção à vida e à saúde, respeito à pessoa humana (Pictet, 1979). A imparcialidade diz respeito a duas ideias centrais: a não discriminação e proporcionalidade; a não distinção de nacionalidade, raça, religião, condição social e orientação política. Propõe-se, por conseguinte, a socorrer os indivíduos na medida do seu sofrimento, dando prioridade às situações mais urgentes. A neutralidade refere-se à abstenção de tomar partido em qualquer circunstância. A independência diz respeito à autonomia que a ação humanitária deve possuir para realizar seu trabalho.



daños [...]” (Asociación Esfera, 2018, p. 42), e “Não deixar ninguém para trás” um compromisso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos documentos relativos ao sistema humanitário, encontramos a Norma Humanitária Essencial para Qualidade e Responsabilidade (CHS, 2015) e os Compromissos de Prestação de Contas às Pessoas Afetadas (IASC-2011), reforçados pela linha de trabalho *Revolution Participation* do *The Grand Bargain*⁸. O *The Grand Bargain* é um acordo único entre alguns dos maiores doadores do sistema humanitário que trata sobre financiamento da ação humanitária e tem por objetivo melhorar a eficiência e a eficácia do sistema humanitário.

No que concerne à avaliação de ações humanitárias, o principal marco teórico está fundamentado no modelo de avaliações de desenvolvimento difundido pela OCDE/CAD e se estrutura com foco na gestão e nos mecanismos institucionais para a tomada de decisão, baseando-se nos cinco critérios da OCDE/CAD: a pertinência e o alcance dos objetivos, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade de um programa de desenvolvimento (OCDE, 1991). Ademais, incorporam-se outros critérios que atendam à especificidade da ação humanitária, o critério de cobertura, a conectividade e a coerência.

No documento *Guia de Evaluación de la Acción Humanitaria* (ALNAP, 2016, p. 27), a avaliação de ação humanitária é definida como

Examen sistemático y objetivo de una intervención humanitaria para determinar el valor o la significación de una actividad, política o programa, con la intención de extraer enseñanzas que permitan mejorar las políticas y prácticas y reforzar la rendición de cuentas.

Para a ALNAP (2016), as avaliações de ações humanitárias devem cumprir dois objetivos centrais: aprendizagem e prestação de contas. A aprendizagem é definida como um processo no qual a experiência e a reflexão sobre uma resposta humanitária geram mudanças de ações, melhorias e aprendizados a serem incorporados em respostas futuras. A prestação de contas, por sua vez, é concebida como um processo de responsabilização frente às partes interessadas (instituições doadoras, pessoas afetadas, trabalhadores humanitários, governos, ONGs, etc.) e como obrigação de responder sobre o trabalho realizado frente a elas. Corroboram com essa proposição Urgoiti & Rey (2007), que afirmam que, para a ação humanitária, avaliar consiste na realização de um exame sistemático, objetivo e imparcial dirigido a promover a responsabilidade e o aprendizado das lições aprendidas.

Nesse sentido, a ALNAP (2016) entende que as avaliações orientadas para aprendizagem representam uma oportunidade de levar em consideração a experiência adquirida em uma resposta humanitária que já se encerrou ou que está em andamento, sendo extremamente úteis para gerenciar conhecimento e despertar reflexões e mudanças.

Já as avaliações orientadas para a prestação de contas, para a ALNAP, são o meio pelo qual “[...] el poder se ejerce con responsabilidad [...]” (ALNAP, 2016, p. 27). A organização necessita responder frente às instituições externas (doadores e outros), frente à gestão da organização e frente à população beneficiária de suas ações. Existem diversos tipos de prestação de contas que podem ser envolvidos no processo avaliativo. Elas podem ser estratégicas e de gestão – quando direcionadas a objetivos da organização, uso de recursos em geral, metas e resultados; de cumprimento financeiro, contratual, relacional e legal – uso dos recursos frente aos doadores; de cumprimento dos termos contratuais e relacionais frente a outras organizações envolvidas em uma operação; e de cumprimento da lei.

Em termos gerais, essas avaliações no campo humanitário possuem uma orientação clara voltada para a mensuração dos objetivos, resultados e impactos. Marcadas por uma agenda neoliberal, essas avaliações denotam que a responsabilidade preponderante é a prestação de contas para aqueles que financiam e determinam o destino dos valores a serem investidos em ação humanitária.

⁸ O *The Grand Bargain* foi uma iniciativa lançada na Cúpula Humanitária Mundial em 2016. As atualizações sobre o *The Grand Bargain* podem ser acompanhadas através do site <https://interagencystandingcommittee.org/grand-bargain> (IASC, 2022).



Importante destacar que, nos últimos anos, o sistema humanitário tem assumido o compromisso de envolver pessoas e comunidades afetadas nas decisões que impactem suas vidas. Desse modo, a participação de pessoas afetadas tem sido uma linha de trabalho fortemente disseminada pelo *The Gran Bargain* em seu *Workstream Participation Revolution*, sob o argumento de que envolver as pessoas possibilita identificar se a resposta humanitária foi relevante, oportuna, eficaz e eficiente.

Duas ideias permeiam esse compromisso – a ideia de engajamento e a de participação. Para Brown & Donini (2014), esses termos são complementares entre si, e um auxilia na compreensão do outro. Os autores indicam que há três tipos de racionalidade que levam as organizações humanitárias a se comprometerem com o engajamento/participação. A primeira é uma racionalidade normativa, ou racionalidade baseada em valores. Nela, as organizações consideram que envolver a população afetada é um dever moral, isto é, deve-se respeitar a dignidade e os direitos fundamentais dessas pessoas. A segunda é uma racionalidade instrumental: aqui a implicação aumenta a eficácia da resposta, conforme preconizado pelos documentos do *The Gran Bargain*. A terceira é a racionalidade emancipatória, em que se busca o engajamento com vistas a enfrentar as desigualdades estruturais e transformar as dinâmicas de poder. Essas racionalidades dialogam e podem ser interligadas.

Para Brown & Donini (2014) o termo participação no campo humanitário foi influenciado por Robert Chambers, especialista em abordagens participativas, que tomou parte ativamente na 29.^a Reunião Anual da Active Learning Network for Accountability and Performance in Humanitarian Action (ALNAP), em 2014, que tratou de debater o tema *Envolvimento das Pessoas Afetadas pela Crise na Ação Humanitária*. No documento de referência para a reunião, Brown & Donini (2014) indicam, logo no início da apresentação, que o termo participação é frequentemente utilizado na ação humanitária como um termo permutável com a ideia de engajamento, “[...] participation is the most common form of engagement discussed in the literature [...]” (Brown & Donini, 2014, p. 7) e apresentam algumas definições de participação utilizadas no campo humanitário: o engajamento das pessoas afetadas em uma ou mais fases do ciclo de resposta humanitária (*Participation by Crisis-Affected Populations in Humanitarian Action – ALNAP and URD, 2003*); ouvir e responder *feedback* das pessoas afetadas (*The Humanitarian Accountability Partnership, 2013*); envolvimento das principais partes interessadas em todos os aspectos de um programa (*The Inter Agency Working Group on Reproductive Health in Crises, 2011*).

A participação na ação humanitária, em especial incorporada a processos avaliativos, constitui um debate pertinente que se mantém em constante construção. Este artigo busca apresentar elementos primários de análise e reflexão sobre a interconexão destas três categorias e, a partir disto, contribuir para que outras discussões surjam e fortaleçam o compromisso de colocar as pessoas no centro das ações que impactam suas vidas.

Metodologia

Este artigo se baseia no estudo realizado por Morais (2020), que busca realizar uma pesquisa analítica sobre o compromisso da ação humanitária de conduzir, no cerne da sua avaliação, a participação de comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias.

A metodologia utilizada no estudo se fundamenta em uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória sobre as avaliações de ações humanitárias. Para tanto, realiza-se uma pesquisa documental e bibliográfica, a partir de três categorias centrais: Ação Humanitária, Avaliação de Ações Humanitárias e Participação.

Neste artigo, apresenta-se a análise realizada em documentos normativos do sistema humanitário: o Guia de Avaliação da ALNAP, referência no estudo da avaliação em ações humanitárias e a Norma Humanitária Essencial para a Qualidade e Prestação de Contas, considerada um padrão de qualidade e *accountability*. Ademais, apresenta-se análise de estudos realizados por redes de organizações humanitárias que abordam uma ou mais categorias aqui estudadas.



Durante a construção do referido estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica na base SciElo para identificar artigos que discutem as categorias elencadas, utilizando-se como mecanismo de busca as categorias: Avaliação/Evaluación/Evaluation; Ação Humanitária/Acción Humanitaria/Humanitarian Action; Participação/Participación/Participation. Como resultado, não foi encontrado nenhum artigo em português ou em inglês, mas apenas um artigo disponível em espanhol. A mesma busca foi realizada na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mas não foi encontrado nenhum arquivo que contivesse as três categorias discutidas. No sistema de información Redalyc, que não dispõe de mecanismo de busca para mais de uma categoria, como os dois anteriores, foi realizada uma pesquisa mais específica com a categoria Avaliação de Ação Humanitária/Evaluación de la Acción Humanitaria/Evaluation of Action Humanitarian, e não foram encontrados resultados.

No que concerne à interpretação dos documentos, foi feita uma aproximação à análise de conteúdo proposta por Cellard (2010). O autor sugere que em um estudo analítico de documentos se localize, em primeiro lugar, os textos pertinentes ao objeto de estudo e, em seguida, que se avalie sua credibilidade e representatividade para então compreender o sentido da mensagem que os compõem.

Para este artigo, com vistas a aprofundar o conhecimento acerca da temática abordada, apresenta-se uma análise crítica de duas práticas avaliativas: o curso *Introduction to Evaluating Humanitarian Action*⁹ (EvalPartners, 2016) e o relatório de avaliação *Evaluación Final Participativa: Operación de Respuesta al Terremoto en Ecuador de 2016* (Vaca, 2018), que apresenta o compromisso de realizar uma avaliação participativa de uma resposta humanitária.

Na análise de ambos documentos, buscam-se referências em Gussi (2019), que elenca quatro categorias analíticas com vistas a verificar dimensões epistemológicas, teórico-metodológicas e políticas de avaliações de políticas públicas, a saber: a) seus marcos teóricos: paradigmas de avaliação adotados, afiliações teóricas e autores referenciados, e discussão teórica em avaliação realizada; b) as metodologias de avaliação utilizadas; c) resultados concretos das avaliações realizadas, com a produção de indicadores; d) e os impactos políticos e institucionais advindos das avaliações realizadas.

Especificamente, com base em Gussi (2019), tendo em vista essas categorias e adaptações aos documentos em estudo, para a análise do curso *Introduction to Evaluating Humanitarian* foram utilizadas apenas duas das categorias analíticas trabalhadas por Gussi (2019): os marcos teóricos e as metodologias de avaliação. Na análise do relatório, contudo, utilizou-se três das categorias analíticas supracitadas: marcos teóricos, metodologias de avaliação e resultados alcançados. A seguir, apresentam-se os resultados.

Uma síntese analítica: entre concepções e práticas

A análise sobre o conteúdo e práticas dos documentos direciona-se para a compreensão sobre as categorias investigadas – Ação Humanitária, Avaliação e Participação.

Sobre Ação Humanitária, os documentos e práticas indicam que ela tem por objetivo salvar vidas, aliviar o sofrimento, preservar a dignidade humana e os direitos das pessoas afetadas em situações de crises humanitárias. A Ação Humanitária incorpora as ações de Assistência Humanitária (provisão de bens e serviços) e de Proteção (conjunto de atividades com fins de garantir direitos) e está pautada pelos princípios humanitários; Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade e Independência.

A avaliação, apresenta-se nos campos de análise deste estudo - conteúdo e prática - como um exame sistemático e objetivo que tem por meta determinar o valor ou o significado de uma resposta humanitária. Está direcionada à aprendizagem e à prestação de contas e fundamenta-se nos critérios de avaliabilidade da OCDE/CAD, - a saber: pertinência, sustentabilidade, eficiência, eficácia e impacto, incorporando outros critérios que se adequam às suas especificidades, como cobertura, conectividade e coerência (ALNAP, 2016).

⁹ O curso faz parte da iniciativa EvalPartners e está disponível de forma gratuita na página eletrônica EvalPartners (2016).



Na análise documental das iniciativas direcionadas à melhoria da qualidade e prestação de contas no sistema humanitário, identificou-se a contribuição significativamente para a emergência das avaliações de ações humanitárias, sobretudo com a construção de diretrizes e a definição de indicadores que permitem mensurar o desempenho das organizações humanitárias.

Em relação à categoria participação, a análise referida deu particular atenção à sua definição e uso, palavra-chave para compreender a ideia que sustenta o compromisso de envolver as pessoas afetadas por crises humanitárias nas decisões que afetem suas vidas.

A participação aparece nos documentos como um processo que possibilita às pessoas afetadas por crises humanitárias que tenham espaço para influenciar a tomada de decisões dentro do ciclo de uma resposta humanitária, contribuindo com a análise de vulnerabilidade, necessidades ou outros aspectos específicos da resposta. Contudo, não deixa claro se essa participação está, de fato, incluída nos processos de tomada de decisão (Brown & Donini, 2014).

Como categoria, a participação está presente nas normativas e diretrizes do sistema humanitário, sendo um atributo avaliável de aprendizagem e responsabilidade de uma resposta humanitária. Contudo, para que a participação seja efetiva é necessário que a organização humanitária tenha clareza de seus princípios, valores e abordagens e do tipo e grau de participação que está sendo buscado, adaptado às necessidades do contexto que se trabalha (Brown & Donini, 2014).

Identifica-se, neste estudo, que o termo participação aparece descrito a partir de uma tipologia, ou de um gradiente. Essa apresentação é encontrada no documento *Participation Handbook for Humanitarian Field Workers Group URD* (Group URD, 2009) e segue uma estrutura defendida por Jules N. Pretty (1994), que propõe uma tipologia composta por sete níveis relativos à influência dos *stakeholders* sobre o processo de tomada de decisão.

Para o autor, a participação pode ser do tipo manipuladora, passiva, por consulta, por incentivo, funcional, interativa e automobilização (Pretty, 1994). Na participação manipuladora, o poder de um grupo está representado por um indicado do Estado; na participação passiva, as decisões são informadas aos interessados; a participação por consulta demanda uma escuta dos diferentes interessados, mas não garante que suas opiniões sejam levadas em consideração no momento da tomada de decisão; na chamada participação por incentivo, o envolvimento se dá a partir de incentivos materiais, financeiros ou simbólicos; a participação funcional refere-se a um tipo de participação que acontece quando já se tomaram as decisões, mas para atingir algum tipo de objetivo, necessita-se cumprir esta etapa; na participação interativa, o poder é compartilhado, decisões, recursos são partilhados, e o interesse coletivo é primordial; na participação por automobilização, a iniciativa parte das pessoas organizadas em um coletivo que se articula e tem potencial de expansão quando apoiado por outros *stakeholders*.

Ainda sobre essa categoria, o curso analisado apresenta um módulo que aborda o engajamento¹⁰ e focaliza o conteúdo nas metodologias que possibilitam a participação em um processo avaliativo. Todavia, não apresenta um conceito de participação, mas por estar fundamentado em uma guia da ALNAP, supõe-se que seu entendimento sobre a categoria siga as proposições trabalhadas nos padrões técnicos do sistema humanitário. Por ser um curso introdutório, cumpre às expectativas, pois apresenta uma ideia geral sobre o engajamento das pessoas afetadas e as metodologias e técnicas mais utilizadas para trabalhar com a participação. A partir dele, vê-se a necessidade de buscar um aprofundamento sobre essa temática específica e, por isso, identifica-se como relevante a extensão de um curso avançado sobre Avaliação de Ações Humanitárias que explore esta especificidade.

No relatório *Evaluación Final Participativa: Operación de respuesta ao terremoto en Ecuador de 2016*, a ideia de avaliação responde às indicações da parte contrante para realização de uma avaliação deste tipo e segue as diretrizes para avaliação de ações humanitárias indicadas

¹⁰O termo "Participação" é frequentemente utilizado na ação humanitária como um termo permutável com a ideia de engajamento, "*participation is the most common form of engagement discussed in the literature*" (Brown & Donini, 2014, p. 7). Trata-se, pois, de um derivativo da ideia de participação.



nas diretrizes técnicas do setor humanitário. A metodologia aplicada nesta avaliação foi a *Participatory Programme Review* - PPR que, tal como indicada no relatório, tem por objetivo identificar as melhores práticas que foram realizadas em um programa e extrair lições que podem ser utilizadas no futuro.

De acordo com a IFRC (2007), a metodologia está alinhada com o compromisso de envolver as pessoas afetadas e todos os aspectos do programa. Em termos metodológicos, ela apresenta uma combinação das metodologias participativas, com forte influência da *Empowerment Evaluation*, de David M. Fettermam (2004)¹¹ e *Most Significant Chang*¹² de Rick Davies e Jessica Dart de outras metodologias, como a *Vulnerability & Capacity Assessment* (IFRC)¹³, *Participatory Rapid Appraisal* (Banco Mundial), *Participatory Impact Assessment*¹⁴ (Tufts University).

A análise do relatório de avaliação desperta a atenção para o fato de estar indicado que seu desenho foi menos participativo do que o definido devido ao termo de referência não ter sido socializado no idioma falado no país onde se deu a resposta, sendo que a agenda não foi consensuada com os participantes da avaliação e o tempo e a logística para realização da avaliação terem sido aspectos determinantes que limitaram a participação.

Especialmente, pode-se ver que, em ambas as práticas avaliativas, expostas nos documentos analisados, – curso e relatório - a parte que trata da participação de comunidades e pessoas afetadas apresenta um potencial a ser expandido. Na análise do curso, identifica-se que a temática exige que se vá além de uma discussão sobre metodologias e técnicas participativas. Na análise do relatório percebe-se que, apesar do compromisso em realizar uma avaliação participativa e da adoção de metodologias de caráter participativo, o planejamento e a gestão da avaliação podem não ter considerado que a participação das pessoas afetada preconizaria esforços no que tange à qualidade da participação.

Esse aspecto destaca a necessidade de compreender os desafios inerentes à ação humanitária e a realização de avaliações neste campo. A urgência e o tempo de sua realização, a insegurança de alguns contextos, barreiras linguísticas e culturais e a especificidade de trabalhar com populações traumatizadas pelas situações que as afligem (ALNAP, 2016), influenciam

¹¹ *Empowerment Evaluation* consiste no uso de conceitos, técnicas e descobertas de avaliação para promover o aprimoramento e a autodeterminação. Para os autores, as pessoas envolvidas no projeto, o qual denominam de clientes, consumidores e membros da equipe, são responsáveis por conduzir suas próprias avaliações, geralmente, com o apoio de um avaliador externo que atua como um facilitador dos processos. A metodologia pauta-se na atuação dinâmica e responsiva da avaliação (FETTERMAN, 2004).

¹² A *Most Significant Chang* é definida como uma técnica para monitoramento e avaliação participativa. Segundo Davies & Dart (2001, p. 6), ela consiste em recompilar narrativas de diversos atores envolvidos em diferentes etapas do ciclo de um projeto com vistas a identificar as mudanças mais significativas que podem ser atribuídas a ele. De forma prática, a coleta de narrativas nesta técnica inicia com (i) uma sensibilização sobre a técnica para fomentar a participação; (ii) identificação dos âmbitos a serem monitorados; (iii) definição da frequência do monitoramento. Após essas etapas, “Cada nivel de jerarquía evalúa una serie de narraciones que el nivel inferior les ha mandado y selecciona el cambio más significante correspondiente a cada una de las categorías. Cada grupo entonces envía las narraciones elegidas al siguiente nivel en la jerarquía del programa y el número de narraciones se reduce a través de un proceso sistemático y transparente. Cada vez que se eligen las narraciones, se deja constancia de los criterios de selección y se les da a conocer a todos los participantes principales para que así cada ronda posterior de narraciones y selección esté basada en la retroalimentación de las rondas anteriores. La organización está eficazmente dejando constancia y ajustando la dirección de su atención, y los criterios que usa para evaluar los acontecimientos que ve”.

Os criadores da técnica defendem seu uso para projetos complexos que produzem resultados “diversos y emergentes”, focalizados nas mudanças sociais e que provê serviços especializados para um pequeno número de beneficiários. É uma técnica voltada para avaliações para fins de aprendizagem (Davies & Dart, 2001).

¹³ A *Vulnerability & Capacity Assessment* é uma metodologia bastante difundida pela Federação Internacional de Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho para analisar o grau de exposição e capacidade de uma população frente à desastres e fenômenos naturais. Segundo o Manual de Formación sobre el AVC (IFRC, 2007, p. 7) a AVC “[...] es un proceso de investigación participativa encaminado a analizar y abordar los principales riesgos que afectan a las comunidades. Su objetivo es determinar la vulnerabilidad de las personas a estos riesgos, además de su capacidad para responder a los desastres y recuperarse de ellos”.

¹⁴ A *Participatory Impact Assessment* é uma metodologia de avaliação de impacto desenvolvida pela Universidade de Tufts (Estados Unidos). A metodologia incorpora a participação no processo de avaliação de impacto, indicando a incorporação e adaptação de ferramentas participativas combinadas com enfoques estatísticos, e “[...] intenta lograr un equilibrio entre los métodos sistemáticos y la riqueza de la indagación cualitativa” (Catley et al., 2013, p. 9). A metodologia é estruturada para seguir oito etapas, (1) definição das perguntas que devem ser respondidas pela avaliação; (2) definição dos limites geográficos e temporais; (3) identificação e priorização dos indicadores (quantitativos e qualitativos) de impacto definidos com participação da comunidade; (4) definição dos métodos (quantitativos e qualitativos); (5) definição da amostra; (6) avaliação do impacto do projeto; (7) triangulação; (8) receber comentários da comunidade e verificar os resultados.



diretamente no alcance das avaliações em incorporar à participação efetiva, sendo que, em alguns contextos, constitui um fator limitante de sua efetivação.

Pelo exposto, entende-se que é de suma importância incorporar o debate sobre os compromissos do sistema humanitário e compreender de qual tipo de participação se fala e o que se espera, considerando toda especificidade da Ação Humanitária, a incorporação do enfoque baseado em direitos, a complexidade dos fenômenos presentes em uma crise humanitária e a responsabilidade de prestar contas à população afetada, entre outras.

Além disso, com base nessas análises, identifica-se que as avaliações de ações humanitárias são fortemente influenciadas pelo modelo técnico-formal, notadamente direcionado a um exame de valor voltado para processos, resultados e impactos sob a égide de estarem direcionadas a atender os objetivos de aprendizagem e prestação de contas, com ênfase neste último. A participação, no entanto, ainda é um desafio para essas avaliações, limitada a aspectos elementais, que auxiliam na identificação se a resposta humanitária foi relevante, oportuna, eficaz e eficiente. Desse modo, compreende-se que há desafios ainda a serem alcançados para uma participação mais ampla, que dialogue com compreensão no sentido de Leite (2005), ao afirmar que avaliação participativa envolve discussão e reflexão sobre o que fazer, como fazer e como avaliar, situando, sobretudo a avaliação numa lógica que direciona ao empoderamento, não ficando restrita apenas ao feedback sobre ações já realizadas. Considerando que avaliações que limitam a participação a uma instância de consulta são denominadas também de participativas, considera-se importante o destaque que Tapella & Sanz (2019) fazem ao indicar a eventual “falta de claridad teórica y pobreza instrumental” dessas avaliações.

Há, no resultado dessas análises, a indicação de um caminho investigativo a ser perseguido, que leva a inferir que o debate sobre Participação e Avaliação de Ações Humanitárias é potente e deve buscar extrapolar o debate metodológico. Deve, sobretudo, partir de uma análise crítica de práticas avaliativas e identificar lacunas e possibilidades das experiências avaliativas de ações humanitárias para que, a partir disso, identifiquem-se os elementos indispensáveis de um desenho avaliativo comprometido com a participação das pessoas afetadas nas decisões que afetem suas vidas. Isto inclui o envolvimento também na avaliação das respostas humanitárias a elas direcionadas. Neste ponto, considera-se que o debate das iniciativas *Eval Participativa* e *Evaluación con Participación* (Mideplan) podem contribuir significativamente para esta construção.

A ação humanitária é um campo de atuação complexo e desafiante devido à natureza da sua própria ação. É preciso considerar toda a especificidade do campo – urgência da ação, insegurança e falta de acesso, contextos polarizados, efeitos psicossociais na população afetada e outros aspectos como, por exemplo, a multiplicidade de ações, por vezes descoordenadas e realizadas por diferentes organizações humanitárias. As condições de trabalho para as práticas avaliativas em contextos humanitários desafiam organizações e profissionais.

É importante considerar as capacidades e habilidades dos avaliadores envolvidos nos processos, para além do conhecimento acerca das teorias e metodologias de avaliação. A experiência no diálogo com populações afetadas por crises humanitárias, conhecimento prévio do contexto em que elas estão inseridas, das problemáticas que enfrentam e de como se dá a dinâmica das relações neste contexto, são também fundamentais. Pois, “[...] si hay temas de protección sensibles a tener en cuenta, es importante que los miembros del equipo de evaluación posean las capacidades y la experiencia necesarias para saber cómo afrontarlos [...]” (ALNAP, 2016, p. 272).

Em suma, as discussões sugerem que o profissional de avaliação, além das qualificações técnicas em avaliação, compreenda ampla e profundamente os conceitos e princípios que regem a ação humanitária, as diretrizes e normativas que guiam o trabalho nesta área e, sobretudo, desenvolva habilidades para atuar com questões complexas, como as que abarcam o tema de proteção humanitária, e em contextos adversos, que podem ser inseguros e altamente polarizados.



A avaliação de ações humanitárias é um campo de especialização crescente para profissionais que atuam com avaliação em todo o mundo. Há espaço para potencializar a participação das pessoas afetadas à medida que também se investe na formação de profissionais que desenvolvam capacidades e habilidades técnicas para atuar com o fomento da participação em contextos complexos, como os que abarcam as ações humanitárias.

O estudo indica duas recomendações para contribuir com o debate sobre avaliação e participação no campo humanitário: a proposta de formação de profissionais e desenhos de avaliação mais reflexivos e participativos.

Primeiramente, delimita-se uma proposta de formação para profissionais de organizações humanitárias, avaliadores ou não, que tenham o interesse em um percurso formativo, delineado a partir de três aspectos estruturantes: o primeiro é discutir o campo de avaliações de ações humanitárias a partir de conteúdo crítico e reflexivo sobre os paradigmas e perspectivas de avaliação, não restrito a apenas apresentar o modelo hegemônico de avaliação, agregando outros olhares para avaliação e possibilitando novos horizontes teórico-metodológicos que possam subsidiar a construção de desenhos de avaliação com potencial de serem aplicados em contextos humanitários, respeitando suas especificidades. O segundo aspecto estruturante da formação considera que a participação não constitui apenas mais um elemento a ser considerado nas avaliações, a partir da compreensão de que a participação é o cerne do compromisso humanitário: “Comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias conhecem os seus direitos, têm acesso a informações e participam nas decisões que lhes afetem” (CHS, 2014, p. 13). O terceiro aspecto considera, no processo formativo, a busca por fomentar o intercâmbio de saberes e experiências entre profissionais que atuam nos mais diversos contextos humanitários, em especial, na América Latina.

Por fim, recomenda-se a construção de um desenho de avaliação a partir de um espaço reflexivo no qual os saberes e práticas sobre participação e avaliação na ação humanitária possam ser analisados, compreendidos, permitindo um acompanhamento de como as avaliações vêm ocorrendo na prática, seus desafios, limites e possibilidades.

As categorias analíticas propostas por Gussi (2019) e que serviram de base para realizar as análises de práticas avaliativas desse estudo, podem constituir uma ferramenta analítica potente para verificar as dimensões epistemológicas, teórico-metodológicas e políticas acerca das avaliações realizadas no campo humanitário. Podem também balizar as análises alocadas, por exemplo, em um Observatório de Práticas Avaliativas de Ações Humanitárias, a ser viabilizada institucionalmente por um programa de pós-graduação com ênfase em avaliação. A proposta que aqui se faz é que se estabeleçam parcerias entre uma rede profissional que fomente o desenvolvimento de estudos e práticas em avaliação e organizações humanitárias interessadas em aprofundar a discussão sobre avaliações cada vez mais participativas no contexto das ações humanitárias.

Conclusão

Os resultados identificados no estudo dissertativo explorado neste artigo indicam que o campo das avaliações de ações humanitárias é potente e apresenta espaço a ser explorado pela área acadêmica no Brasil. As discussões realizadas também permitem concluir que o debate sobre a participação na ação humanitária indica um campo de pesquisa importante e necessário, especialmente no contexto da América Latina.

A América Latina tem enfrentado diversas crises com consequências humanitárias, que se estendem por toda a região. Desastres sicionaturais, as consequências sociais e econômicas dos anos de pandemia da COVID-19, violência armada, pobreza multidimensional, migração e deslocamento fazem parte dos múltiplos contextos identificados na região que exigem dos países e organizações humanitárias um conjunto de respostas coerentes, complementares e coordenadas para atender às necessidades das pessoas afetadas.

A região também reúne diversos centros de estudos e pesquisas que discutem a participação, sendo o berço das maiores influências teóricas sobre o tema, como, por exemplo, Paulo Freire



e Orlando Fals Borda. As redes profissionais de avaliadores também estão estruturadas na região e atuam nas mais diversas perspectivas de avaliação, contribuindo significativamente para a construção e o posicionamento do campo avaliativo. Isso permite que, a partir da América Latina, fortaleça-se uma rica troca de conhecimentos e experiências sobre Avaliação, Participação e Ação Humanitária, considerando-se também a criação de um observatório, como aqui sugerida.

O conjunto analítico – Avaliação, Participação e Ação Humanitária – tem potencial a ser explorado de forma abrangente, considerando a incorporação de discussões políticas, epistemológicas, metodológicas e éticas, desenvolvendo paradigmas emergentes de avaliação que podem subsidiar a construção de desenhos metodológicos que agreguem saberes e práticas emergentes comprometidas em envolver as pessoas nas decisões que as afetam.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Referências

- Abrisketa, Joana, & Pérez de Armiño, Karlos. (2000). *Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo: Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo*. Icaria: Hegoa, Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional.
- Active Learning Network for Accountability and Performance – ALNAP. (2016). *Guía de evaluación de la acción humanitaria: Guía de ALNAP*. Londres. Recuperado em 7 de janeiro de 2022, de <https://www.alnap.org/why-alnap>
- Asociación Esfera. (2018). *Manual Esfera: carta humanitaria y normas mínimas para la respuesta humanitaria*. 4ª ed. Ginebra. Recuperado em 23 de janeiro de 2020, de <https://spherestandards.org/es/el-manual/editions/>
- Brown, Dayna, & Donini, Antonio. (2014). Rhetoric or reality? Putting affected people at the centre of humanitarian action. London: ANALP.
- Catley, Andrew, Burns, John, Abebe, Dawit, & Suji, Omeno. (2013). *Evaluación participativa del impacto: Guía para profesionales*. Medford: Tufts University.
- Cellard, Andre. (2010). *A análise documental: A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Core Humanitarian Standard – CHS. (2014). *Norma humanitária essencial para a qualidade e prestação de contas*. Geneva: CHS Alliance, Group URD e Projeto Esfera.
- Core Humanitarian Standard – CHS. (2015). Notas de orientación e indicadores de la norma humanitaria esencial. Geneva: CHS Alliance, Group URD e Projeto Esfera.
- Davies, Rick, & Dart, Jess. (2001). *Técnica del “Cambio Más Significante” (MSC, por sus siglas en inglés): Guía para su uso*. Australia: Oxfam Community Aid Abroad.
- Emergency Capacity Building Project – ECB. (2022). Recuperado em 7 de janeiro de 2022, de <https://www.ecbproject.org/>
- EvalPartners. (2016). *Introduction to evaluating humanitarian action*. Recuperado em 23 de janeiro de 2020, de <https://ecourses.evalpartners.org/ecourses/course-details/16>
- Federación Internacional de Sociedades de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja – IFRC. (2007). *Manual de Formación sobre el AVC*. Ginebra: IFRC.
- Ferriz, Elizabeth. (2011). Las “megatendencias” y el futuro de la acción humanitaria. *International Review of the Red Cross*, (884), 29-56.
- Fetterman, David. (2004). Empowerment evaluation in Brazil: Building capacity and facilitating self-determination. *Ensaio*, 12(45), 1065-1075. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362004000400009>
- Group URD. (2009). *Participation handbook for humanitarian field workers*. Plaisians: Group URD.
- Gussi, Alcides. (2019). Outras epistemologias e metodologias: A experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. *Revista AVAL*, 2(17), 169-183.
- Inter-Agency Standing Committee – IASC. (2022). *The Grand Bargain*. Geneva: IASC. Recuperado em 1 de janeiro de 2020, de <https://interagencystandingcommittee.org/grand-bargain>.



- Kent, Rodolph C. (2011). Planificar desde el futuro: Un cambio de perspectiva. *International Review of the Red Cross*, (884), 57-85.
- Leite, Denise. (2005). *Avaliação Participativa e qualidade: Os atores locais em foco*. Porto Alegre: Sulina, Editora Universitária Metodista IPA.
- Morais, Regislany S. (2020). *Um estudo sobre a participação na avaliação de ações humanitárias: Entre concepções e práticas* (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. (1991). *Principles for the evaluation of development assistance*. Paris: OECD.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. (2021a). *Recommendation on the OECD legal instruments humanitarian development-peace nexus*. Paris: OCDE.
- Organización de Cooperación y Desarrollo Economicos – OCDE. (2021b). *Estándares de calidad para la evaluación del desarrollo*. Paris: OCDE.
- Pictet, Jean. (1979). *Los principios fundamentales de la Cruz Roja*. Ginebra: Instituto Henry Dunant,
- Piñeda, Luisa, & Rodríguez, Mayra J. Sánchez. (2012). *Acción humanitaria: Evolución y desafíos actuales*. Medellín: Escuela Latinoamericana de Cooperación y Desarrollo, Universidad de San Buenaventura.
- Pretty, Jules. (1994). Alternative systems of inquiry for a sustainable agriculture. *IDS Bulletin*, 25(2), 37-48. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1759-5436.1994.mp25002004.x>
- Rey, Francisco, Abellán, & Beatriz, Gómez, Andrés. (2021). *La aplicación del enfoque de “triple nexo” entre la acción humanitaria, el desarrollo y la paz en el contexto de los flujos migratorios de Venezuela*. Madrid: Iecah.
- Tapella, Esteban, & Sanz, Juan C. (2019). La otra mirada: Evaluación participativa y mejora de los Servicios de Prevención y Atención del Cáncer en Valle de la Estrella, Costa Rica. *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*, 1(22), 102-119. <http://dx.doi.org/10.24965/gapp.i22.10593>
- Urgoiti, Ana, & Rey, Francisco. (2007). *Manual de gestión del ciclo de proyecto en la acción humanitaria*. Barcelona: Fundación “la Caixa”.
- Vaca, Sara. (Ed.). (2018). *Evaluación final participativa: operación de respuesta al terremoto en Ecuador de 2016: Informe final*. Ecuador: Cruz Roja Ecuatoriana. Recuperado em 1 de janeiro de 2020, de <http://adore.ifrc.org/Download.aspx?FileId=213576&.pdf>